

Veja e CartaCapital: a polarização dos discursos acerca do processo de destituição de Dilma Rousseff

FRANCIELLE APARECIDA ALVES

Graduada em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).
e-mail: franncyele_alves@hotmail.com.



O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Um dos princípios fundamentais de uma sociedade democrática é a possibilidade de a população escolher os seus representantes políticos, por isso, muitos consideram o impeachment¹ um evento traumático, uma vez que ele anula todos os votos que foram depositados no agente público cassado. Portanto, ainda que ele seja uma ferramenta legítima, instituída pela constituição, o processo é visto com grande cautela.

Apesar de ser, como dito, um evento traumático, sendo o último recurso utilizado para o afastamento de um agente público do poder, o processo aberto em 2015, contra Dilma Rousseff (PT) não representa um fato inédito na história do país. Em 1954, foi aberto um pedido de impeachment contra o então presidente Getúlio Vargas, acusado de favorecer o *Jornal Última Hora*. O pedido contra o então presidente foi votado e rejeitado pela Câmara dos Deputados. Em 1992, o presidente Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito por voto direto após um hiato democrático no país, foi acusado de tráfico de influência e corrupção, e com isso, foi aberto um pedido de impeachment contra seu mandato. A constituição define que apenas um agente político em exercício da sua função pode sofrer o processo de impeachment, por isso, Collor renunciou ao seu cargo antes de o processo ser

¹ O impeachment é uma ferramenta jurídica que tem o poder de afastar agentes públicos de seus cargos, seja no âmbito nacional ou estadual, caso pese contra eles comprovadas denúncias de crimes de responsabilidade, que representam infrações político-administrativas. O impeachment não tem como objetivo a aplicação de uma pena no âmbito criminal, “[...] mas sim o afastamento do agente e como sanção a perda dos direitos políticos, portanto, impede que aquele que decaiu da confiança do povo devido a más condutas e delitos permaneça no cargo” (Goes; Medeiros, 2011, p. 4).

concluído. Ainda assim, em 29 de dezembro de 1992, o ex-presidente foi condenado pelo Senado Federal e teve os seus direitos políticos cassados pelos oito anos seguintes (Coelho; Viechinesk, 2016).

O impeachment precisa seguir um processo legal para garantir sua idoneidade, legitimidade e, principalmente, garantir uma ampla defesa para aquele que está sendo julgado. O processo se inicia com uma denúncia protocolada na Câmara dos deputados. A denúncia contra a presidente Dilma Rousseff foi elaborada pelos juristas Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaína Paschoal, e foi apresentada à Câmara em setembro de 2015.

A principal fundamentação técnica da acusação baseou-se na Lei de Responsabilidade Fiscal². Os juristas acusavam a presidente de cometer crime fiscal, por meio das chamadas “pedaladas fiscais”. *Pedaladas Fiscais* é um termo coloquial usado para designar manobras orçamentárias, nas quais o Tesouro Nacional atrasa, propositalmente, os pagamentos das contas (a bancos públicos ou privados), a fim de “maquiar” as contas do governo, apresentando despesas menores do que realmente são. Deste modo, se o pagamento não é executado, logo a despesa que ele geraria não consta das contas do governo, dando a impressão de que ele está gastando menos do que o real³. Acusação e defesa se basearam na Lei de Responsabilidade Fiscal para defender suas posições. A acusação alegava que os atrasos seriam uma operação de crédito, como se o governo tivesse tomado empréstimos das instituições financeiras. Já a defesa alegava que os atrasos nas contas não foram empréstimos, foram apenas atrasos.

Em dezembro de 2015, a denúncia foi acolhida pelo então presidente da câmara, Eduardo Cunha (PMDB). Aqueles que denunciavam a idoneidade e a legitimidade do processo de impeachment alegavam que Eduardo Cunha só aceitou a denúncia como uma forma de retaliação ao partido da presidente, pois o partido havia anunciado que votaria a favor da continuidade do processo de cassação do mandato de Cunha no Conselho de Ética⁴. Sendo assim, o Presidente da Câmara não teria legitimidade para comandar um processo de impeachment contra a Presidente da República. Apesar dos protestos do governo e de diferentes setores da sociedade, que denunciavam o processo aberto como algo essencialmente político e não jurídico, o rito de impeachment prosseguiu.

² Lei Complementar nº 101/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

³ “A guerra jurídica do impeachment: do que Dilma é acusada?”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html. Acesso em 20 de out. 2017.

⁴ Em outubro de 2015, deputados do PSOL e da REDE entregaram ao Conselho de Ética da Câmara uma representação pedindo a cassação do mandato do deputado Eduardo Cunha (PMDB), alegando quebra de decoro. Naquele momento o deputado já havia sido denunciado ao Superior Tribunal Federal por suspeita de ter recebido propina em uma investigação da Operação Lava Jato. Além disso, o deputado também era acusado pelo governo suíço de lavagem de dinheiro e corrupção.

Em dezembro de 2015, foi formada uma comissão especial para analisar a denúncia contra a presidente, no entanto, a comissão era constituída por deputados de partidos declaradamente favoráveis ao impeachment. Isso fez com que a comissão fosse anulada pelo Superior Tribunal Federal (STF). O STF exigiu que fosse formada uma nova comissão, composta por representantes de todos os partidos, proporcionalmente. Em março de 2016, sessenta e cinco deputados foram escolhidos para formar essa comissão. No dia 11 de abril, o parecer da comissão foi apresentado pelo deputado Jovair Arantes (PTB-GO), e o relator entendeu haver indícios de que a presidente havia cometido crimes de responsabilidade fiscal, passíveis do impeachment, ao permitir as “pedalas fiscais” e editar decretos de créditos sem autorização do Congresso Nacional. O parecer foi aprovado por 38 votos a favor e 27 contra, e com isso, foi recomendada a abertura do inquérito contra a presidente.

No dia 17 de abril de 2016, em uma sessão histórica, 367 deputados votaram a favor da abertura do processo de impeachment contra a presidente. As falas dos parlamentares favoráveis à abertura do inquérito contra Rousseff reforçaram a narrativa daqueles que eram contrários ao impeachment, uma vez que diversos deputados elencaram motivos pessoais e interesses essencialmente políticos para respaldarem seus votos, ignorando os crimes de responsabilidade fiscal dos quais a presidente estava sendo acusada. Questionava-se ainda a credibilidade desses parlamentares para julgar a presidente, uma vez que mais da metade deles respondia ou já havia sido condenada em processos na justiça eleitoral. De acordo com dados levantados pela estatal “Empresa Brasil de Comunicação” (EBC),

dentre os parlamentares que se posicionaram favoravelmente ao prosseguimento do processo de impeachment (367 deputados), 58,58% (215 deputados) possuem algum questionamento jurídico. Já entre os que votaram a favor do governo (137 deputados), 56,83% (79 deputados) respondem ou já foram condenados em algum processo. Entre deputados ausentes ou que se abstiveram de votar (9 deputados), 55,55% têm pendências judiciais. Os processos estão em diversas instâncias e vão desde crimes eleitorais até processos de má gestão do dinheiro público e corrupção.⁵

A imprensa acompanhou de perto a abertura do processo de impeachment na Câmara – a sessão foi televisionada ao vivo pela maior emissora do país. A partir desse momento, as disputas de narrativas que marcariam todo o processo se intensificaram. Dessas narrativas que surgiram, duas ganharam destaque e dividiram o país em dois lados: os que classificaram o processo em curso como um *golpe*

⁵ Para conferir o levantamento da EBC: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/cerca-de-60-dos-deputados-que-julgaram-dilma-tem-pendencias-na-justica>. Acesso em: 19 de out. 2017.

parlamentar e aqueles que pregavam a legitimidade do *impeachment* em andamento. Grande parte da imprensa brasileira articulou-se em volta dessas duas narrativas.

Em abril de 2016, a denúncia contra a presidente Dilma Rousseff seguiu para o Senado Federal. O Superior Tribunal Federal havia determinado, em dezembro de 2015, que o Senado formasse uma comissão para analisar a abertura do inquérito contra a presidente. Deste modo, quando o processo chegou ao Senado, as denúncias já haviam sido analisadas por uma comissão especial. A comissão havia sido formada por 21 senadores, tendo como relator o senador Antônio Anastasia (PSDB-MG).

No dia 4 de maio de 2016 o relator apresentou um parecer favorável à admissibilidade da abertura do processo contra o mandato da presidente Dilma Rousseff. De acordo com o senador, existiam indícios materiais o suficiente que comprovariam que a presidente havia cometido crimes fiscais. No parecer, o relator critica a narrativa de golpe, alegada pelo governo.

Nesse cenário, a alegação de que o presente *impeachment* é um golpe é absolutamente descabida e desprovida de amparo fático e legal. Pelo contrário, o *impeachment* é justamente um mecanismo constitucional que previne rupturas institucionais, repito. Desse modo, desde já, merece contraponto a estratégia da defesa de desqualificar o instituto do *impeachment*, o procedimento em curso, os autores da denúncia e os segmentos e parlamentares apoiadores da iniciativa, associando-os, com alarde na esfera interna e internacional, às práticas golpistas e à quebra da ordem democrática (Parecer do Senado, 2016, p. 21).

No parecer, o senador tece duras críticas à defesa da ex-presidente e à sua figura, ao rebater o discurso da defesa de que o *impeachment* seria uma investida golpista. O parlamentar faz menção aos índices de popularidade da presidente e à rejeição que ela estava vivendo naquele momento. O senador responsável pela relatoria do *impeachment* é filiado ao principal partido de oposição ao governo da ex-presidente Dilma Rousseff, e deste modo, sua ofensiva não surpreendeu.

A comissão especial do *impeachment* no Senado aprovou o parecer, sendo quinze votos favoráveis e cinco contra. Com a admissibilidade da denúncia, o parecer foi votado no plenário do senado e, com 55 votos favoráveis e 22 contra, foi aprovada a abertura do processo contra a presidente. Assim, Dilma Rousseff foi afastada provisoriamente de seu cargo até que o processo chegasse ao fim. A Presidência da República foi assumida, interinamente, pelo vice-presidente Michel Temer (PMDB). Temer e Rousseff haviam cortado suas relações políticas em dezembro de 2015. O rompimento foi oficializado em março de 2016, quando o partido do vice-presidente deixou a base do governo⁶.

⁶ *El País Brasil*. PMDB abandona Dilma e celebra mais um passo para “Temer Presidente”: Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/política/1459293666_164652.html. Acesso em: 30 de set. 2017.

Entre os meses de junho e agosto de 2016 o processo foi analisado pelo Senado Federal. Durante esse tempo, o Senado foi presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que tinha a missão de garantir a legalidade do processo. Ao longo desse período, foram apresentadas provas contra e a favor da presidente afastada; foram ouvidas testemunhas de acusação e de defesa. A parte jurídica do processo girou em torno da interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dilma Rousseff foi convocada pela comissão do Senado para prestar esclarecimento, contudo, absteve-se de comparecer pessoalmente, manifestando sua defesa por meio de uma carta apresentada por seu advogado, Dr. José Eduardo Cardoso. Na carta, Rousseff defende-se das acusações e faz denúncias contra o processo em julgamento. A presidente afastada acusa o impeachment de ser uma articulação escusa, promovida por seus opositores políticos, na tentativa de assumirem a presidência do país por vias não eleitorais.

Sou alvo dessa farsa porque, como Presidenta, nunca me submeti a chantagens. Não aceitei fazer concessões e conciliações escusas, de bastidores, tão conhecidas da política tradicional do nosso país. Nunca aceitei a submissão, a subordinação e a traição dos meus eleitores como preço a pagar pelos acordos que fiz. É por ter repellido a chantagem que estou sendo julgada. Este processo de *impeachment* somente existe por eu ter rechaçado o assédio de chantagistas (Rousseff, 2016, pp. 5-6).

A presidente termina sua carta fazendo a defesa do seu mandato e reafirmando que um processo de impeachment sem que a idoneidade de todos os envolvidos seja confirmada, sem que os crimes de responsabilidade pelos quais a pessoa julgada está sendo acusada sejam devidamente comprovados, fere a democracia e coloca em risco o estado democrático de direito.

A comissão do Senado elaborou um novo parecer favorável à instauração do processo de impeachment. Entre os dias 26 e 29 de agosto ocorreu a sessão de julgamento, novamente defesa e acusação foram ouvidas. No dia 30 de agosto, Dilma Rousseff passou por uma sabatina no Senado Federal, durante uma sessão que durou cerca de quatorze horas, e a presidente respondeu às perguntas de 48 senadores. Em sua fala final, dirigidas aos senadores, a presidente lembrou o quanto um impeachment pode ser traumático para uma democracia.

Lembrem-se que, no regime presidencialista e sob a égide da nossa Constituição, uma condenação política exige obrigatoriamente a ocorrência de um crime de responsabilidade, cometido dolosamente e comprovado de forma cabal. Lembrem-se do terrível precedente que a decisão pode abrir para outros presidentes, governadores e prefeitos. Condenar sem provas substantivas. Condenar um inocente. Faço um apelo final a todos

os senadores: não aceitem um golpe que, em vez de solucionar, agravará a crise brasileira. [...] Não se trata de um golpe como aqueles que nós todos – que têm a minha idade, um pouco menos, um pouco mais – sofreremos ao longo de nossa juventude. Mas não é possível supor que quando se faz exceções se tira um presidente eleito, sem crime de responsabilidade, este ferimento será muito difícil de ser curado (Rousseff, 30 de agosto de 2016).

No dia 31 de agosto, em um plenário com todos os 81 senadores da república presentes, Dilma Rousseff perdeu seu mandato, com 61 votos a favor da cassação e 20 contra. Entretanto, os seus direitos políticos foram mantidos. Isso serviu de coro aos discursos daqueles que acusavam o impeachment de ser um golpe parlamentar, pois se a presidente é realmente culpada de cometer crimes de responsabilidade, por que manter os seus direitos políticos?

O rito do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff durou nove meses, entre os anos de 2015 e 2016. Ao final, a primeira mulher eleita para o mais alto cargo do executivo do país foi destituída, e com isso, mais de 54 milhões de votos foram anulados.

IMPEACHMENT: ANTECEDENTES

Compreender os antecedentes do processo que destituiu a presidente Dilma Rousseff do poder, de certa forma, é tentar compreender o Brasil recente. Podemos acordar com os que dizem que o impeachment começou a ser construído nas “Jornadas de Junho” de 2013. Ou podemos concordar com aqueles que entendem que o impeachment nasce no momento em que Dilma Rousseff derrota o candidato da oposição, Aécio Neves (PSDB), no segundo turno da eleição de 2014. Podemos recuar mais ainda e nos alinhar aos discursos daqueles que alegam que o impeachment começou a ser construído em 2003, quando o PT alcançou a presidência da república com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os atos de junho de 2013 tiveram início em São Paulo, por meio do Movimento Passe Livre, que reivindicava o não aumento das tarifas dos ônibus e dos metrô da capital paulista. Logo, o movimento ganhou as ruas do país transformando-se em manifestações históricas. Inicialmente os protestos tinham foco em políticas locais, e nesse momento, a grande imprensa se colocou contra as manifestações e sua cobertura negativava as ações dos manifestantes. As manifestações logo foram capitaneadas por diferentes grupos, e os protestos, antes em nível municipal, passam para a esfera federal. De acordo com o sociólogo Jessé de Souza (2016), a partir do momento em que os manifestantes passam a levantar pautas federais e fazer críticas ao governo federal, o tom da grande imprensa muda:

O Protesto passou de a ser definido como pacífico, a bandeira brasileira se tornou seu símbolo. Agora os protestos eram tidos como “expressão democrática” e já não

se dizia que causava tumulto ou prejuízo ao trânsito. O sentido mudou de negativo para positivo. A ênfase em bandeiras específicas, como os protestos contra os gastos da copa do mundo, PEC 37 e, em sentido abstrato, contra a corrupção, se iniciaram e consolidaram a federalização aberta do movimento (Souza, 2016, p. 90).

A federalização dos protestos teve enormes consequências negativas para a imagem de Dilma Rousseff e seu partido, e os índices de popularidade da presidente despencaram consideravelmente durante as manifestações. “A rejeição também aumentara de inexpressivos 7% para 25%. Sucesso total da violência simbólica” (Souza, 2016, p. 95). Ainda de acordo com o autor, esse seria, efetivamente, o início do processo que culminaria na destituição da presidente do poder.

A eleição presidencial de 2014, especialmente o segundo turno, foi marcada pela polarização: dizia-se que dois projetos de Brasil estavam em disputa⁷. Diversos grupos se organizaram em defesa desses dois projetos e, portanto, a favor dos candidatos que os representavam. A imprensa serviu de arena para que os projetos fossem discutidos; os veículos de comunicação não se intimidaram ao escolherem seus lados. No mês em que os candidatos chegaram ao segundo turno a revista *CartaCapital*⁸ lançou um editorial denominado de “Dilma e a esperança”, no qual o diretor de redação da revista, Mino Carta, deixava claro seu posicionamento: “*CartaCapital* apoia a reeleição porque sabe que o PSDB é a direita e uma vitória tucana significaria o retorno ao passado”. A revista *Veja*⁹ trouxe uma entrevista com o candidato, cuja manchete era: “Aécio sem medo do PT”, e o conteúdo trazia ataque ao partido opositor na disputa “[...] Aécio Neves enfrentou a mais suja campanha do PT depois de aparecer na liderança nas pesquisas”. As disputas discursivas de ambos os veículos marcariam as eleições e todo o processo que viria a seguir.

No dia 26 de outubro de 2014, Dilma Rousseff se reelegeu para o seu segundo mandato, com 51,6% contra 48,3% de Aécio Neves. Os grupos políticos e os grupos da sociedade civil que queriam Dilma Rousseff e o PT fora da presidência

⁷ Correndo o risco de empobrecer a complexidade do tema, podemos sintetizar os dois projetos que estavam em disputa da seguinte forma: de um lado, o Brasil desenvolvimentista, defendido pelo PT, que na última década se destacou por ter elaborado diferentes programas sociais que proporcionaram o aumento da transferência de renda e, com isso, o nascimento de uma nova classe trabalhadora, que, na concepção da filósofa Marilena Chaui (2016), apresentada em um artigo para o livro *Por que gritamos golpe?*, é muito mais complexa e difícil de definir; e de outro, o projeto neoliberal, defendido pelo PSDB, que prega, entre outras coisas, menor participação do Estado na economia e a redução de “gastos” com políticas que visam promover a redução das desigualdades sociais.

⁸ *CartaCapital*. *Dilma e a esperança*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/820/dilma-e-a-esperanca-6455.html>>. Acesso em: 03 de out. 2017.

⁹ *Veja*. *Aécio sem medo*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/aecio-sem-medo-pt/>>. Acesso em: 03 de out. 2017.

da República passaram a se articular de forma a abstruir seu governo e impedir que ela concluísse seu mandato. Deste modo, entre 2014 e 2016, o governo de Dilma Rousseff enfrentou uma ofensiva sistemática promovida por movimentos sociais, que se definem neoliberais, como o Movimento Brasil Livre¹⁰. Esses movimentos conquistaram certa adesão social e se articularam juntamente com partidos políticos de oposição e com entidades representativas de setores da economia, como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), para reivindicar o impeachment da presidente. Esses grupos se uniram em volta de uma bandeira que pregava o combate à corrupção. O principal alvo desse discurso anticorrupção foi o PT, partido da presidente. E ainda que diversos grupos contrários ao impeachment tenham, igualmente, se mobilizado para defender o mandato de Dilma Rousseff, os parlamentares favoráveis ao impeachment viram nos movimentos pró-impeachment o respaldo social que precisavam para destituir a presidente.

Apesar da ofensiva contra seu governo, Dilma Rousseff contou com o apoio de diferentes movimentos sociais, como, por exemplo, o apoio de movimentos estudantis, representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE)¹¹ e pela União Brasileira dos Secundaristas (UBES)¹². Além desses movimentos, diferentes atores sociais, como líderes de movimentos sociais, artistas, jornalistas e intelectuais defenderam o mandato da presidente. Em sua defesa, o partido da presidente contava ainda com uma trajetória de inegáveis conquistas no campo social. Além do mais, todo o contexto político do momento – uma síntese aqui não conseguiria dar conta da complexidade – endossava os discursos de que o processo aberto contra a presidente era essencialmente político, e não jurídico. Todos esses fatores colaboraram para uma contraofensiva.

Os protestos pró-impeachment se tornaram históricos, pois conseguiram levar milhões de pessoas às ruas. As manifestações organizadas por esses grupos ficaram marcadas não só por reunirem pessoas que eram contra o governo de Dilma Rousseff, mas também por levarem às ruas sujeitos que se diziam simpatizantes de uma intervenção militar e outros poucos que alegavam ser monarquistas. Não menos importantes foram os protestos organizados por aqueles que eram contra o impeachment. Eles conseguiram mobilizar diferentes setores da socie-

¹⁰ O Movimento Brasil Livre liderou as manifestações pró-impeachment. Intitulando-se um movimento social apartidário e com ideais liberais, suas lideranças foram alçadas ao posto de celebridades. A jornalista Marina Amaral, no livro *Por que Gritamos Golpe?* busca compreender como se deu a ascensão do MBL.

¹¹ “*Une se posiciona contra o Impeachment de Dilma Rousseff!*” Para conferir a nota oficial da UNE: <https://www.une.org.br/noticias/une-se-posiciona-contra-impeachment-de-dilma-rousseff/>.

¹² “*A tentativa de golpe precisa ser barrada!*”. Para conferir o manifesto da UBES contra o impeachment: <http://ubes.org.br/2016/assim-como-ha-muito-tempo-encabecemos-o-processo-democratizacao-do-nosso-pais-hoje-lutamos-pela-legalidade-a-tentativa-de-golpe-precisa-ser-barrada/>. Acesso no dia 3 de outubro de 2017.

dade, sujeitos esses que alegavam defender mais do que o mandato de uma presidente legitimamente eleita: eles estariam defendendo a democracia do país, pois, de acordo com eles, impeachment sem crime de responsabilidade é golpe e abre espaço para um precedente perigoso. Contudo, diferentemente dos seus opositores, eles não contaram com uma importante colaboração: o apoio da *grande imprensa*.

VEJA E CARTACAPITAL: NARRATIVAS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, pós-Segunda Guerra Mundial, afirma que todas as pessoas têm direito à informação e à liberdade de expressão. Na imprensa, a liberdade de expressão é manifestada por meio dos diferentes veículos de comunicação. No entanto, no Brasil, o direito à informação fica comprometido, uma vez que os principais veículos de comunicação estão concentrados em monopólios midiáticos pertencentes a poucas famílias. No contexto político de 2016, a grande imprensa brasileira assumiu uma posição favorável ao impedimento da presidente e beneficiou editorialmente as manifestações pró-impeachment. Assim, como destaca Hebe Oliveira (2016, p. 3), houve

[...] uma cobertura da imprensa privada favorável às manifestações pró-impeachment, com abertura de páginas inteiras ao evento, imagens aéreas, fotos abertas em grandes proporcionais, além dos destaques para os números dos manifestantes, como forma de superdimensionar um apoio da ampla maioria da população brasileira à deposição da presidenta. Em contrapartida, as manifestações favoráveis ao governo de Dilma Rousseff seguiram uma cobertura enxuta, com pouca ênfase nas primeiras páginas e interior, expressas ainda em fotos fechadas, sem grandes ângulos de aberturas, bem como o destaque em números pequenos, como forma de confirmar o pouco apoio da opinião pública à presidenta.

Os veículos que apoiaram o impeachment são acusados de ter empobrecido o debate. Isso porque muitos deles não fizeram questão de apresentar todas as nuances que envolviam o processo, ou seja, os diferentes interesses políticos e econômicos que estavam em jogo.

Durante a campanha pela derrubada da presidenta eleita, as regras básicas de jornalismo foram mandadas às favas. A noção básica de “ouvir o outro lado” foi liquidada. Os acusados não tiveram direito a voz nas mídias [...]. Os programas de “debate” receberam por meses apenas aqueles convidados que se dispuseram a emitir declarações contra o governo; intelectuais, artistas e políticos de esquerda

foram vetados dos jornais, revistas e emissoras de TV e rádio. A única exceção ficou por conta da *Folha de S. Paulo*, que manteve alguns articulistas de esquerda para manter a rota bandeira da “pluralidade” (Lopes, 2016, p. 123).

De acordo com o Mauro Lopes (2016), quatro grupos midiáticos foram decisivos para a construção da narrativa que pregava a legitimidade do impeachment: Grupo Folha (Folha de S. Paulo); Grupo Globo (*Jornal O Globo*); Grupo Estado (*O Estado de S. Paulo*) e Grupo Abril (*Revista Veja*). A participação desses grupos midiáticos remeteu a outro período da história do Brasil, o golpe civil-militar de 1964, que contou com o mesmo apoio editorial. Ainda que os contextos sejam diferentes, que os agentes políticos no poder sejam outros, a comparação do apoio desses veículos na deposição de João Goulart em 1964, e de Rousseff em 2016, demonstra que os sujeitos que dominam a imprensa ainda são os mesmos.

Ainda que a diferença de alcance dos discursos propagados por veículos de comunicação da *grande imprensa* e da *imprensa alternativa* seja enorme, a última se encarregou de fazer a contra-narrativa da legitimidade do impeachment. Além disso, a internet teve uma participação no contraponto dos discursos difundidos pela grande mídia. Nas redes, surgiram coletivos dispostos a democratizar informações e oferecer novos olhares sobre a crise política do Brasil.

A grande imprensa internacional, ao contrário da brasileira, conseguiu ser mais plural. Eles abriram espaço para que os principais discursos sobre o impeachment aparecessem em suas páginas, e com isso, é possível dizer que a imprensa internacional conseguiu fazer um jornalismo mais crítico do que o proposto pela grande imprensa nacional. Apesar da dificuldade em interpretar e traduzir toda a agitação do cenário político do Brasil, diferentes veículos internacionais propuseram-se a compreender mais objetivamente os interesses políticos e econômicos que estavam por trás do impeachment de Dilma Rousseff.

Alguns jornais internacionais foram bastantes críticos em suas análises, a exemplo do *The Guardian*, que buscou origens históricas para explicar a crise política no Brasil. O jornal britânico declarou que

[...] a remoção de Rousseff, em menos da metade do mandato, reforçou a impressão de que a classe política do país continua desconfortável com a democracia, embora tenham decorrido mais de 30 anos desde o fim da ditadura militar brasileira. Apenas dois dos últimos oito presidentes eleitos diretamente completaram seus termos. Dois sofreram impeachment, um foi removido em um golpe militar, um se matou, um morreu antes de assumir o poder e outro renunciou.¹³

¹³ Dilma Rousseff foi impedida pelo Senado em uma derrota esmagadora. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/aug/31/dilma-rousseff-impeached-president-brazilian-senate-michel-temer>. Acesso em 1 de nov. 2017 (tradução nossa).

Outros adotaram posições em relação aos discursos presentes na imprensa brasileira, como o americano *The New York Times*, que assumiu a narrativa de golpe. De acordo com Lopes (2016), ao publicar dois editoriais que desmontaram o discurso sobre o impeachment arquitetado pela grande imprensa brasileira, aquele que é um dos mais importantes jornais do mundo conseguiu mostrar que a decisão do Senado Federal estava respaldada muito mais em interesses políticos do que nos supostos crimes de responsabilidade fiscal que teriam sido cometidos pela presidente do país. Já o seu concorrente, *Washington Post*, declarou que o impeachment foi um processo legal e necessário. Isso demonstra que a grande imprensa internacional não assumiu apenas uma das principais narrativas sobre o impeachment.

POLARIZAÇÃO DOS DISCURSOS ACERCA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

IMPEACHMENT NÃO É GOLPE!

O governo rejeita a tese do crime de responsabilidade, alegado para instaurar o processo. É possível conceder-lhe o benefício da dúvida, pois não é clara a validade das razões apresentadas pelos autores da petição. O argumento é técnico, frágil, presta-se a distintas interpretações e tem sido usado sem o apoio de bases conceituais corretas. Se o governo entender improcedentes as razões para a aprovação da admissibilidade do impeachment, pode recorrer ao STF, ainda que se duvide se a corte poderia decidir sobre a legalidade da decisão política da Câmara. Seja como for, caso o recurso seja rejeitado, o PT poderia falar em erro judiciário. Nunca em golpe (*Veja*, edição 2474, 20/04/2016, por Maílson de Nóbrega).

É GOLPE, SIM!

É golpe, é golpe sim. Verdade factual, diria Hannah Arendt, a verdade única, inegável. A despeito das afirmações em contrário de pançudos alquimistas do engano, envoltos em prosopopeia. E dos editoriais dos jornalões e programões, e das colunas e reportagens dos sabujos midiáticos, de lida tão árdua com o vernáculo, mas de fantasia acesa. (...) Fato é que os argumentos aduzidos para justificar o *impeachment* não se prestam ao propósito. Quem diz: golpe não pode ser “algo que existe na Constituição” expõe apenas sua parvoíce (*CartaCapital*, edição 895, 05/04/2016, por Mino Carta).

Até o presente momento, tentamos demonstrar que a imprensa teve um papel fundamental na construção e difusão dos discursos sobre o processo de impeachment. Os títulos dos textos acima, publicados nas revistas *Veja* e *CartaCapital*, ilustram, de forma sintética, a guerra de narrativas travadas na imprensa, especialmente entre os anos de 2015 e 2016. Os discursos defendidos por esses periódicos não foram os únicos, contudo, foram os que ecoaram mais alto e se relacionaram de forma direta com a opinião pública.

Polarização representa uma luta pelo poder, não só pelo poder político,

mas também pelo poder de controlar a narrativa oficial sobre um dado acontecimento, ou seja, quando falamos de polarização de discursos, estamos falando de disputa pelo poder simbólico. A polarização sempre esteve presente na política brasileira, expressa, principalmente, em projetos diferentes de sociedade. Contudo, o acirramento político que se viu a partir do pleito eleitoral de 2014 acirrou ainda mais as diferenças.

As narrativas construídas sobre o impeachment são o que podemos chamar de *discursos de representações*. De acordo com o historiador Roger Chartier (1988), representações são abstrações mentais com as quais damos sentidos e significados às coisas. Elas são expressas por meio da linguagem, ou seja, por meio dos discursos. Os sujeitos compreendem o que é real por meio delas, contudo, as representações não são o real em si, mas um discurso socialmente construído do real. Esses discursos são difundidos e apropriados. No entanto, os sujeitos se apropriam deles de maneiras diferentes, por isso existe uma diversidade de interpretações sobre um mesmo evento. As representações desencadeiam práticas, e essas práticas dialogam com os interesses de quem domina os discursos.

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier, 1988, p. 17).

Quando Chartier diz que as representações originam práticas de acordo com os interesses de quem as elabora, podemos pensar sobre as manifestações pró e contra o impeachment, uma vez que elas são práticas derivadas desses discursos e foram apropriadas pelos grupos que as engendraram. O autor diz ainda que “as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas”. De fato, aqueles que conseguem dominar os discursos de representações conseguem impor a “sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio”.

A narrativa “vencedora” dessa polarização poderá determinar como as próximas gerações irão interpretar não só o processo de impeachment, mas todo o contexto político, econômico e social da época. Contudo, é preciso destacar que os sentidos criados sofrem alterações em diferentes tempos e lugares. Portanto, as narrativas interpretativas sobre o impeachment de Dilma Rousseff – que ainda estão sendo construídas – podem sofrer diferentes alterações ao longo do tempo.

VEJA E CARTACAPITAL: IMPEACHMENT LEGÍTIMO OU GOLPE PARLAMENTAR?

Entre a edição que destacava a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições de 2014 e a edição lançada após a consolidação do impeachment, em 2016, circularam 95 exemplares da *Veja*. Nessas publicações, diversos temas referentes à crise política que o Brasil estava vivenciando ganharam destaque na revista, tais como eleições, Operação Lava Jato, crise econômica, o governo de Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores e o processo de impeachment. Alguns nomes tiveram destaques nas edições da *Veja*, como o do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o da presidente da República, Dilma Rousseff, o do vice-presidente Michel Temer e do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

A partir de uma observação das capas dessas 95 edições, percebemos que a *Veja* construiu uma narrativa sobre o impeachment de Dilma Rousseff, defendendo um ponto de vista: o da legalidade e o da sua necessidade. Chartier diz que os discursos de representações “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, e que esses discursos – que não são neutros – produzem estratégias para se legitimarem e “impor uma autoridade à custa de outros” (Chartier, 1988, p. 17). Ou seja, para validar o discurso de legalidade, *Veja* elaborou estratégias editoriais que colaborassem com seu intento.

Sobre essas estratégias, separamos três eixos temáticos que foram usados pela revista na construção de seu discurso pró-impeachment. O primeiro foram os ataques direto ao Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo, a criminalização da imagem do principal líder do PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E terceiro, a fomentação da ideia de insustentabilidade do governo Dilma Rousseff. Por meio desses três pontos, *Veja* nutriu a aversão de parte da população contra o PT, condenou o ex-presidente – ainda que a justiça não o tivesse feito – e colaborou com o desgaste da imagem da presidente e de seu governo.

Propusemo-nos a fazer o mesmo exercício de observação, agora, sobre as estratégias usadas pela revista *CartaCapital*. Entre a reeleição de Dilma Rousseff e o seu impeachment, também foram lançadas 95 publicações do periódico da Editora Confiança. Essas edições procuraram acompanhar e problematizar a crise que o país estava vivenciando, bem como destacar os diferentes sujeitos envolvidos nesse momento de instabilidade política, econômica e social. Pelas capas, buscamos identificar e separar alguns eixos temáticos usados pela revista para construir

seu discurso contra o impeachment da presidente.

Ao longo do impeachment, a figura do vice-presidente do país, Michel Temer (PMDB), e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ganharam destaque nas publicações da *CartaCapital*. A revista apontou os dois políticos como sendo os responsáveis pelo processo em curso, acusando-os de estar armando para derrubar de seu cargo, de forma abrupta e antidemocrática, a presidente da República. Muito dos discursos da *CartaCapital* se articularam em volta dos nomes desses dois políticos, em uma tentativa de mostrar que aquele que estava regendo o impeachment na Câmara dos Deputados, e aquele que, em eventual afastamento definitivo da presidente, assumiria o país, não tinha credibilidade para fazê-lo. Outra estratégia utilizada pela revista foi o emprego do termo *golpe*, na intenção de reafirmar a narrativa de que o processo representava uma ruptura democrática.

É pertinente ressaltar que a *CartaCapital* cedeu seu espaço para que a presidente Dilma Rousseff pudesse oferecer outra perspectiva não só sobre os crimes que lhe eram perpetrados, mas também sobre os ataques a sua gestão. De modo similar, intelectuais, artistas e líderes de movimentos sociais também encontraram na revista um lugar para expressarem seus descontentamentos com os rumos da crise que o país atravessava. Assim sendo, a revista serviu como um importante espaço para contra-narrativa.

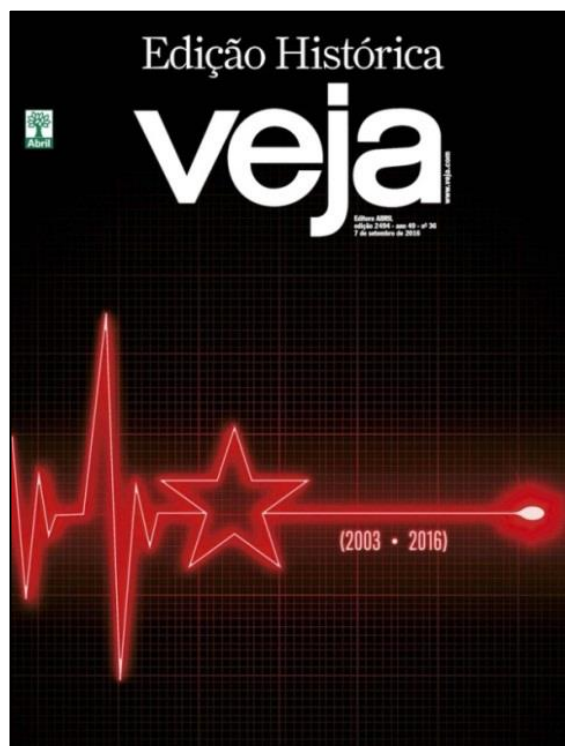
A partir das capas, identificamos alguns *eixos temáticos* usados pelas revistas como estratégias para construir e difundirem seus discursos. Contudo, a análise que segue é referente ao editorial de apenas uma edição de cada uma das revistas citadas. As publicações foram escolhidas por se tratarem de “edições especiais”, lançadas logo após a conclusão do impeachment no Senado Federal. As publicações apresentam a perspectiva que cada revista teve sobre o processo de impeachment. Demonstram ainda as expectativas para os rumos de um Brasil pós-impeachment. Assim sendo, iremos analisar os discursos dispostos nas chamadas de capa e no texto dos editoriais. Escolhemos os artigos publicados em formas de editoriais, uma vez que estes representam, na maioria das vezes, a opinião que o veículo que o noticiou tem sobre os eventos analisados.

VEJA (2003-2016)

No dia 7 de setembro de 2016, uma semana após a decisão pelo impeachment no Senado, a revista *Veja* lançou uma publicação que ela denominou de “edição histórica”. Esta trazia o seu texto final sobre o processo do impeachment e suas perspectivas acerca dos novos rumos que seriam tomados pelo Brasil e pelo partido que acabava de deixar oficialmente o poder máximo do executivo brasileiro.

Como dito antes, foi possível perceber que a *Veja* construiu seu discurso usando como base três eixos temáticos principais: a ruína do Partido dos Trabalhadores, a criminalização do ex-presidente Lula e a insustentabilidade do governo

Dilma Rousseff. Um desses eixos já pode ser percebido na capa da edição analisada; na ilustração, um monitor cardíaco decreta a “morte” do PT. Para a *Veja*, a morte inicia-se em 2003, ano em que o partido ascende ao poder, e é oficializada em 2016, com o impeachment. Impossível mensurar, neste momento, qual o impacto que esse evento poderia trazer para o PT: alguns alegam que ele cresceria e outros, que será impossível sobreviver a isso.



Fonte: *Veja Online* (07/09/2016)

O editorial aqui analisado foi assinado pelos jornalistas Daniel Pereira e Thiago Bronzatto. O título do artigo é “O pecado original”. Na página do artigo existem duas imagens, importante ressaltar, que fundamentam os eixos temáticos identificados neste trabalho. Uma das imagens é uma fotografia do ex-presidente Lula ao lado da imagem de seu “Boletim de Identificação Criminal”, seguido pelas legendas “O boletim criminal de Lula: indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica”. Ou seja, visando, como dito antes, a criminalização da imagem do político. Essas imagens se destacam na primeira página do artigo, e vão dando o tom do texto.

Os autores iniciam o artigo falando sobre a intenção do PT de “eternizar-se” no poder. De acordo com eles, depois de o partido vencer quatro eleições seguidas esse plano pareceria mais do que uma figura de linguagem, seria algo realmente possível. Contudo,

na quarta-feira passada, esse enredo foi drasticamente abreviado. Por 61 votos a 20, os senadores aprovaram o impeachment de Dilma e encerraram um período de 13 anos de governo do PT, atendendo ao clamor de milhões de brasileiros que foram as ruas em manifestações históricas (Pereira; Bronzatto, 2016, p. 50).

Após destacar o “clamor” dos brasileiros que se organizaram em “manifestações históricas” a favor do impeachment, os autores seguem incidindo contra o Partido dos Trabalhadores.

Eram 15h05 quando ela [Dilma Rousseff] atestou o óbito do ambicioso plano de hegemonia do PT. Um plano que, desde a chegada do partido ao Planalto, esteve assentado em um pecado original, que não foi inventado pelo PT, não foi implantado pelo PT, mas foi implantado com o rigor e método nunca antes visto neste país: a corrupção da classe política com recursos públicos (Pereira; Bronzatto, 2016, p. 50).

Os autores se referem ao escândalo de corrupção investigado por meio da “Operação Lava Jato”. Contudo, apesar de lembrarem que a corrupção no Brasil não foi inventada pelo PT, durante o impeachment, a revista faz questão de sempre associar o partido às ações descobertas pela operação, ainda que houvesse outros partidos tão ou mais envolvidos. Ainda sobre o PT, os jornalistas lembraram o escândalo do “Mensalão”, ocorrido em 2005, que culminou na prisão do ex-ministro da Casa Civil, o petista José Dirceu. Os jornalistas alegam que a “Operação Lava Jato descobriu um esquema de corrupção nos mesmos moldes do Mensalão, só que 200 vezes maior”.

A Lava Jato, esquema a que a revista se refere, foi considerada um dos maiores escândalos de corrupção e de lavagem de dinheiro do país. Iniciada em 2014, no Paraná, a Lava Jato levou diversos políticos e empresários para a prisão. A operação descobriu um enorme esquema de corrupção dentro da Petrobrás, a maior estatal do Brasil. Desde então, a Operação se tornou “[...] um dinâmico campo de disputa política e econômica que pauta os noticiários desde que veio a público (...), abalando a reputação de envolvidos, pessoas e instituições” (Fernandes, 2016, p. 44). A Operação Lava Jato foi um trunfo usado pela *Veja* durante o processo de impeachment. E ainda que no esquema de corrupção houvesse diferentes partidos envolvidos, a predileção da revista pelo PT e seus aliados foi perceptível. De acordo com Fernandes (2016), houve uma clara tentativa de criminalização do partido. Esse posicionamento da *Veja* fez com que o PT movesse diversas ações por difamação. A Lava Jato, e a forma como a revista a noticiou, inflamou ainda mais as divergências entre o PT e o periódico da Editora Abril.¹⁴

¹⁴ A Justiça analisa ações do PT contra a *Veja*. Disponível em: <http://www.pt.org.br/justica-analisa-acoes-do-pt-contra-a-veja/>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

Outro eixo temático identificado, quando se analisaram as capas, aparecem no artigo: a desmoralização do governo Dilma. Sobre a gestão da presidente os jornalistas são hostis e decretam que

em pouco mais de cinco anos Dilma jogou o país no atoleiro. Sua tolerância à inflação, em nome do crescimento, deu fôlego ao dragão, que voltou a superar a casa dos dois dígitos. A renda caiu, o desemprego subiu e parte da nova classe média, que consolidou o PT no poder e lá o manteria, voltou para a base da pirâmide social (Pereira; Bronzatto, 2016, p. 52).

Os autores concluem essa ideia dizendo que “Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra”. Esse discurso dos jornalistas colabora com a tese daqueles que dizem que o impeachment contra a presidente foi golpe, uma vez que o impeachment não é instrumento para destituir agentes públicos inaptos, pois para isso existem as eleições. Pereira e Bronzatto seguem seu texto condenando o fato de os direitos políticos de Rousseff terem sido preservados.

Ela não impediu o impeachment, mas graças a uma esdrúxula articulação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, conseguiu evitar a aprovação de sua inabilidade para o exercício de funções públicas. Preservou assim, o direito de assumir cargos públicos e disputar eleições, ao contrário do entendimento adotado pelo STF no caso de Fernando Collor de Melo, destituído da Presidência em 1992 (Pereira; Bronzatto, 2016, p. 53).

O fato de a presidente ter conseguido preservar seus direitos políticos também foi usado como argumento por aqueles que defendiam a narrativa de golpe, uma vez que se os parlamentares que a destituíram estavam tão certos de que ela havia cometido crimes de responsabilidade fiscal, por que não retiraram seus direitos políticos, como previsto na constituição, como feito com o ex-presidente Collor, em 1992? Essa decisão, como dizem os autores, foi mal recebida pelos grupos pró-impeachment e foi contestada judicialmente por políticos do PMDB e do PSDB. Os mesmos alegavam que essa deliberação poderia abrir precedentes para que outros agentes públicos reivindicassem conservação dos seus direitos políticos após terem seus mandatos cassados.

CARTACAPITAL: A FARSA TRÁGICA

A “Edição Especial do Impeachment”, da *CartaCapital*, foi publicada uma semana após o afastamento definitivo da presidente. Na imagem da capa, a revista

traz uma foto da solenidade que empossou Michel Temer como presidente da República. Na fotografia estão presentes, da esquerda para a direita, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o presidente da República, Michel Temer (PMDB), o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. Sujeitos esses que seriam os responsáveis por regerem “a farsa trágica”, como expõe a chamada de capa¹⁵.



Fonte: *CartaCapital Online* (07/09/2016)

E é sobre essa chamada “farsa trágica intitulada impeachment” que o editorial da revista, assinado por Mino Carta, irá discorrer. Com a manchete intitulada de “A inteligência impotente”, o jornalista analisa os caminhos que levaram Dilma Rousseff ao impeachment e as forças que, de acordo com ele, engendraram-no.

O autor começa seu artigo analisando a sessão do Senado Federal que decidiu pela cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff.

¹⁵ É preciso destacar que, nesse momento, Eduardo Cunha, denunciado pela *CartaCapital* como uma das principais figuras articuladoras do golpe, havia tido o seu mandato suspenso e estava afastado da Câmara dos Deputados.

Quem, ainda dotado de um resquício de espírito crítico embora dado à autoflagelação, se dispôs a assistir às sessões de segunda 29 e terça 30, derradeiros quadros do ato da farsa trágica intitulado *Impeachment*, o segundo, provavelmente, terá de cair em depressão profunda. O conjunto da obra imposto ao País, desde a eclosão do escândalo da Petrobras até os dias de hoje ao longo de um enredo tortuoso e apavorante na sua insensatez, levará aquele cidadão, peculiar em relação à maioria, a se render à evidência: o maior problema do Brasil, muito antes do desequilíbrio social e da corrupção, é o quociente de inteligência baixo, baixíssimo. Um país que se permite um golpe desta natureza carece de saúde mental (Carta, 2016, p.17).

Ainda fazendo referência ao quociente de inteligência dos apoiadores do impeachment, Mino Carta critica não só a elite, mas a chamada “nova classe média” que ascendeu socialmente durante os anos dos governos do PT e que, nesse contexto, saem às ruas pedindo a sua deposição.

A respeito do QI baixo de inúmeras personagens da farsa trágica, não tenho dúvida, bem como de uma classe A e B1 (adoto as terminologias correntes) nunca alcançada pelas lições do Iluminismo, estupidamente exibicionista, ignorante até a medula, arrogante e vulgar. Não são melhores os seus aspirantes, os brasileiros sequiosos de chegar lá, e mesmo aqueles que estão longe disso e se antecipam ao comungar com idênticas, parvas pretensões. [...] Com este gênero de brasileiros, um diálogo baseado na razão e na lógica é simplesmente impossível (Carta, 2016, p. 19).

Mino Carta segue analisando o impeachment e classifica a participação da população brasileira como “resignada”. Crítico, o jornalista decreta que “a resignação do povão merece pena em lugar de tolas interpretações”. Nesse sentido, o jornalista compara as reações contra o golpe militar de 1964 e o atual contexto.

Está claro, de todo modo, que o golpe de 2016 é infinitamente mais grave do que o de 1964. Este provocou reações fortes, criou uma resistência e até uma luta armada, além do anseio de democracia autêntica, como jamais se dera até então, passível de ser atingida tão logo se fossem os ditadores (Carta, 2016, p. 17).

Ao longo desse trabalho, apontamos o apoio da *CartaCapital* aos governos do Partido dos Trabalhadores. Deste modo, é compreensível que o autor siga seu texto fazendo uma defesa dos avanços sociais conquistados durante os 13 anos do partido no poder.

O golpe destes dias devolve o Brasil aos tempos mais remotos e demole inexoravelmente todos os avanços ocorridos depois de 1985. Não foram demolidas a casa-

grande e a senzala, mas avanços se deram, e o maior deles está na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Foi divisor de águas na história brasileira tornar um ex-metalúrgico o primeiro mandatário. Aquele momento aparentou ser a prova provada da habilitação do Brasil à prática da democracia. (Carta, 2016, p. 17).

Mino Carta destaca a figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao que ele classifica de “inegáveis” e mundialmente reconhecidos avanços no campo social. Aproveita ainda para criticar uma parcialidade da justiça em relação ao líder do PT.

[...] Hoje o vemos perseguido por razões inconsistentes e até ridículas, com a pronta colaboração de uma polícia que se presta ao serviço outrora entregue pela casa-grande a capatazes e jagunços, e o beneplácito de uma Justiça de mão única. (Carta, 2016, p. 17).

Se a *Veja* atuou de forma a arquitetar uma imagem negativa de Dilma Rousseff, a *CartaCapital* fez o oposto, buscando destacar e exaltar a postura da presidente durante o processo que visava cassar seu mandato.

A presidenta impedida defendeu-se em plenário com os argumentos justos e irretocáveis como se se dirigisse a uma Câmara Alta digna da contemporaneidade do mundo e da confiança dos eleitores, e horas e horas a fio os defendeu com empenho e elegância. [...] pergunto, contudo, se não teria sido melhor dirigir-se ao povo brasileiro para ler, pacatamente, mas sem retoques, a ficha criminal daqueles que se arvoraram a julgá-la. (Carta, 2016, p. 18).

Sobre Rousseff, o jornalista diz ainda que

[...] não lhe faltou energia para aguentar dois dias de uma pantomima celebrada para tornar a decisão tomada faz meses, e prolongada conforme um ritual ibérico, tão inútil quão humilhante. [...] Dilma teve de suportar situações deploráveis, recheadas pela retórica mais hipócrita, pelas lacunas culturais dos interrogadores, frequentemente pela lida difícil com o vernáculo, e pela aterradora atuação do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, avalista do desastre. (Carta, 2016, p. 18).

Mino Carta segue denunciando o impeachment como uma ruptura que abre um precedente perigoso para a jovem democracia brasileira. Pois, de acordo com ele, “[...] o golpe, ao rasgar a Constituição, manda às favas o presidencialismo republicano para substituí-lo pela lei do mais forte”. E alega que esse impeachment

colocará em dúvida a confiança dos eleitores em relação ao respeito às suas decisões pelo Congresso Nacional. “[...] os eleitores, acreditarão na validade do pleito se a pesquisa de opinião e a prepotência de uma gangue sinistra que age a mando da casa-grande anulam o voto popular?”.

No artigo, o autor emprega, como dito antes, termos como *golpe* para defender a narrativa de que o impeachment não passou de uma conspiração articulada por uma *gangue* que visava ascender à presidência sem passar pelo crivo do voto popular. De acordo com o jornalista, além de ter sido fundamentalmente político, o impeachment foi concebido por indivíduos sem autoridade ética e intelectual para fazê-lo. Sujeitos com “quociente de inteligência baixo, baixíssimo”, e prova disso seria a “[...] gritaria e os fogos ouvidos no encerramento do segundo ato da farsa trágica [...]”. Deste modo, o jornalista conclui declarando que “o impeachment de Dilma Rousseff leva a uma conclusão inevitável: um país que admite um golpe desta natureza carece de saúde mental”.

A IMPRENSA E SEUS DISCURSOS

A imprensa é uma das linguagens constitutivas do social. Por meio dela muitas pessoas estabelecem suas percepções de mundo, e não raras vezes, é somente por meio dela que determinadas pessoas têm acesso à informação. Portanto, a imprensa nos permite “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1988, p. 16-17). Os discursos elaborados pela imprensa, assim como todos os outros, não são o real em si, mas construções acerca dele, feitas a partir do lugar social de cada veículo. A imprensa tem o poder de construir e desconstruir a imagem de sujeitos e partidos políticos. Ao construir representações sobre o real, ela tenta fazer com que sua audiência interprete o mundo através do seu olhar. Por isso, como vimos com Chartier (1988), as representações se tornam um campo de disputas simbólicas. Sobre isso, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento declarou que

aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais (Pesavento, 2008, p. 41-42).

Os discursos da *Veja* e da *CartaCapital* não são apenas discursos, eles têm ações reais e esboçam dois projetos de sociedade que, naquele momento, se mostraram totalmente antagônicos. Durante esse embate, conseguimos perceber que

muitas vezes, a imprensa age como verdadeiros partidos políticos, na acepção de Maria Capelato (1988). Eles defendem projetos, atacam “inimigos” e tentam nortear a visão dos seus leitores sobre agentes e partidos políticos. Pode-se dizer que revista *Veja* representou uma posição tão ferrenha, ou mais, ao governo de Dilma Rousseff do que os partidos políticos que se propuseram a dificultar sua gestão no Congresso Nacional. E se a imprensa tem o poder de *desconstruir* imagens, a presidente deve muito do desgaste da sua à *Veja*. Afinal, de acordo com a revista, defender o impeachment é legítimo, pois impeachment “*não é golpe!*”. Já a *CartaCapital*, se não agiu como partido político, foi ao menos uma forte aliada do governo. Se o mesmo precisava de um espaço para combater a narrativa arquitetada pela grande imprensa, ele encontrou. Todos os argumentos levantados a favor do impeachment foram questionados e rebatidos. Afinal, era preciso convencer as pessoas de que o impeachment, da forma que estava sendo arranjado, “*É golpe, sim!*”.

O QUE FICA?

O impeachment aconteceu! No dia 31 de agosto de 2016, a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil foi destituída de seu cargo. Em seu discurso, pós-decisão do Senado Federal, Dilma Rousseff, citando o poeta Vladimir Maïakovski, disse: “[...] o mar da história é agitado”. Tratando-se de um evento que ocorreu em um passado tão recente, a frase é ainda mais apropriada, uma vez que muitas das questões que foram abertas durante o processo ainda estão aguardando respostas. Portanto, não é possível dizer qual narrativa sairá vencedora e se tornará a versão oficial desse momento histórico.

No entanto, em face dos desdobramentos que ocorreram até o momento, podemos afirmar que muitos dos argumentos usados pelos grupos que eram contrários à destituição da presidente vêm sendo confirmados. Nem todo *golpe de estado* é feito por meio do uso da força, isto é, sujeitos interessados em assumir o poder podem interpretar a lei a seu favor e destituir legalmente um agente político eleito pelo povo. O impeachment é um instrumento legal, instituído na constituição brasileira, contudo, ele deve ser o último recurso empregado para depor um agente público de seu cargo, não devendo, deste modo, ser usado como ferramenta para destituir desafetos políticos do poder. A inabilidade administrativa de um político também não deve ser julgada em um impeachment, para isso existem as eleições. Assim sendo, acreditamos que o Brasil viveu uma ruptura democrática – motivada por interesses essencialmente políticos – que culminou na anulação de mais de 54 milhões de votos, cassando não apenas uma presidente, mas um projeto de sociedade que havia sido legitimamente escolhido nas urnas.

Acreditamos ainda que a *polarização* dos discursos sobre o impeachment serviu o lado pró-impeachment. Por meio da *Veja*, podemos perceber que aqueles que acreditavam na necessidade da destituição da presidente apostaram em um

discurso pouco profundo sobre o processo, ignorando, na maioria das vezes, os interesses espúrios de sujeitos e partidos que conduziam o enredo. Para sustentarem seus argumentos, eles preferiram levantar fatores externos aos crimes dos quais a presidente era acusada. Exemplo disso foram as acusações de incapacidade política da presidente, de possíveis erros administrativos que não tinham relação com o processo. Além disso, diversos problemas sociais com origens históricas, ao exemplo da corrupção, foram personificados na figura do partido do governo. Com isso, *Veja* promoveu uma corrosão da imagem do PT.

A grande imprensa costuma se portar como legítima representante da opinião pública, a única capaz de interpretar e traduzir os interesses do povo. Foi assim que a *Veja* agiu durante o processo de impeachment, apostando no convencimento do público de que ela traduzira a realidade. Portanto, a presença de uma imprensa contra-hegemônica é importante, a fim de oferecer novas perspectivas sobre o que seria o “interesse do povo”.

REFERÊNCIAS

1.1. JORNAIS E REVISTAS

Revista Veja. Acervo Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>>. Acesso entre agosto e dezembro de 2017.

Revista CartaCapital. Acervo Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/revista/edicoes-antiores-1>>. Acesso entre agosto e dezembro de 2017.

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. *Impeachment: o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, SAJS, 2016.

Carta de Dilma Rousseff a Comissão do Impeachment no Senado. Brasília, 6 de Julho de 2016. [online]

Pedido de Impeachment. Miguel Reale Jr, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal. Brasília, 15 de outubro de 2015. [online]

Relatório de Admissibilidade do Impeachment no Senado Federal. Relator: Senador Antônio Anastasia. Brasília, maio de 2016 [online].

1.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, Marina. “Jabuti não nasce em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment”, in: Singer, André. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Capelato, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

Coelho, D. C.; Viechinesk, F. O rito do impeachment na legislação brasileira. *Anima: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*, ano VIII, n°. 15, 2016.

- Chartier, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.
- Chauí, Marilena. "A nova classe trabalhadora brasileira e ascensão do conservadorismo", in: Singer, André. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Fernandes, Pedro Veríssimo. *Arautos da crise: a cobertura da Operação Lava Jato em Veja e Carta Capital*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC, 2016.
- Goes, Mauricio S.; Medeiros, Guilherme Luiz. O impeachment. *Revista Direito, Justiça e Cidadania* [online], vol. 2, nº 1. 2011.
- Lopes, Mauro. "As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático", in: Singer, André. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Oliveira, Hebe Maria Gonçalves de. A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua. *VI Encontro Regional Sul de História da Mídia. Mídias, fluxos migratórios e diásporas: perspectivas históricas*. Ponta Grossa, 2016.
- Pesavento, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- Souza, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

ARTIGO RECEBIDO EM 06/05/2018; APROVADO PARA PUBLICAÇÃO EM 18/06/2018

RESUMO: No ano de 2016, o Brasil passou por um processo político-jurídico que culminou na destituição de Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, do cargo de Presidente da República. O impeachment é um instrumento legal, instituído pela constituição, contudo, o processo é considerado um evento traumático, uma vez que ele anula todos os votos que foram depositados no agente público cassado. No caso de Dilma Rousseff, o impeachment foi ainda mais traumático, pois ele dividiu o país em dois lados: os que classificaram o processo em curso como um *golpe* e aqueles que pregavam a legitimidade do *impeachment*. Duas revistas, *Veja* e *CartaCapital*, conseguem ilustrar como se constroem narrativas distintas sobre um mesmo evento. Para tanto, usamos como base os referenciais teórico-metodológicos da História Cultural, especialmente as discussões acerca do conceito de representações sociais, na concepção do historiador francês Roger Chartier.

PALAVRAS-CHAVE: Impeachment. Imprensa. Discursos.

ABSTRACT: In the year 2016, Brazil went through a political-juridical process that culminated in the dismissal of Dilma Vana Rousseff, of the Labors Party, from the position of President of the Republic. Impeachment is a legal instrument, instituted by the constitution, however, the process is considered a traumatic event, since it annuls all votes that were deposited in the public agent whose legitimacy was revoked. In Dilma Rousseff's case, the impeachment was even more traumatic, since it divided the country into two

sides: those who classified the ongoing process as a coup and those who preached the legitimacy of the impeachment. Two magazines, *Veja* and *CartaCapital*, can illustrate how to create different narratives about the same event. To that end, we use as basis the theoretical-methodological references of Cultural History, especially the discussions about the concept of social representations, in the conception of the French historian Roger Chartier.

KEYWORDS: Impeachment. Press. Speech.